

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**Colecção
IBEGEANA**

notícias

25.01
IBGE

CENTRAL

1102-6/B

Data 30.01.84

B O L E T I M I N F O R M A T I V O — ANO 5 — Nº 29

MAIO—JUNHO/73

PRESIDENTE DA REPÚBLICA SANCIONA LEI REGENDO FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, sancionou Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, dispondo sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Publicada no *Diário Oficial* de 15 de maio do ano corrente, a Lei estabelece o objetivo básico da Instituição, qual seja assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, demográfica e cartográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

Vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral pela Lei 5.878, a Administração do IBGE fica basicamente constituída de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, com a função de direção superior da Fundação, um Diretor Geral, um diretor para a área técnica, um diretor para a área de administração, um diretor para a área de formação e aperfeiçoamento de pessoal, e de órgãos de assessoramento superior, ficando, assim, substituída antiga estrutura em Institutos autônomos.

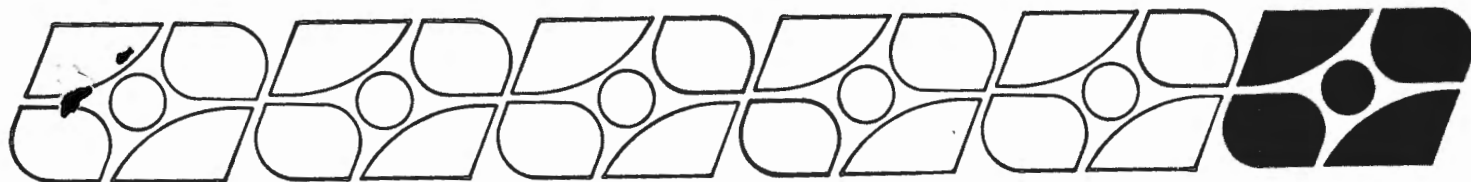
Instituindo o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, o Documento em seus 30 artigos que serão reproduzidos na íntegra no *Boletim Geográfico*, nº 234, dispõe também sobre a promoção de reuniões nacionais com vistas à discussão de programas de trabalho e assuntos técnicos com a participação de autoridades representativas dos Ministérios e Governos Estaduais, e de entidades da administração pública indireta ou entidades privadas usuárias das informações estatísticas, geográficas e cartográficas.

GEOGRÁFICAS

REGIÕES METROPOLITANAS

São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba são as 8 regiões metropolitanas estabelecidas pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, aprovada pelo Presidente Médici.

O Objetivo básico da Lei ora sancionada, é promover o planejamento global e a integração dos serviços comuns, nos municípios integrantes de uma região metropolitana.



Ao IBGE, coube a realização de estudo detalhado sobre o assunto, visando à identificação e à delimitação dessas áreas, contribuindo, dessa forma, para regulamentação de um sistema capaz de ordenar o crescimento dessas regiões.

Áreas Metropolitanas — O Estudo do IBGE

O primeiro passo para a determinação das áreas metropolitanas consistiu na identificação das metrópoles brasileiras. Uma **dimensão populacional mínima** foi exigida, para que um núcleo urbano fosse definido como metrópole. O contingente demográfico adotado foi considerado, no caso brasileiro, como o nível necessário para atingir a maior diversificação de atividades, que diferencia uma metrópole de um núcleo urbano não metrópole. As metrópoles brasileiras assim identificadas e hierarquizadas, pelas funções que desempenham no plano nacional e regional são: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Se o critério para definição das metrópoles foi relativamente simples, pois a dimensão populacional podia constituir um índice singular de, pelo menos, uma tendência para diversificação das funções do processo produtivo e da estrutura da demanda final, a configuração de área teria que ser apoiada em critérios mais diversificados.

Três tipos de critérios foram adotados na delimitação de cada uma das nove áreas: 1) *demográficos* — que associam o caráter metropolitano de um município a uma elevada densidade demográfica e a um crescimento populacional bastante superior ao vegetativo; 2) *estruturais* — que definem municípios com elevada proporção de sua população dedicada a atividades não agrícolas; e 3) *integração* — que traduzem as conexões que devem existir entre as unidades que compõem uma área metropolitana.

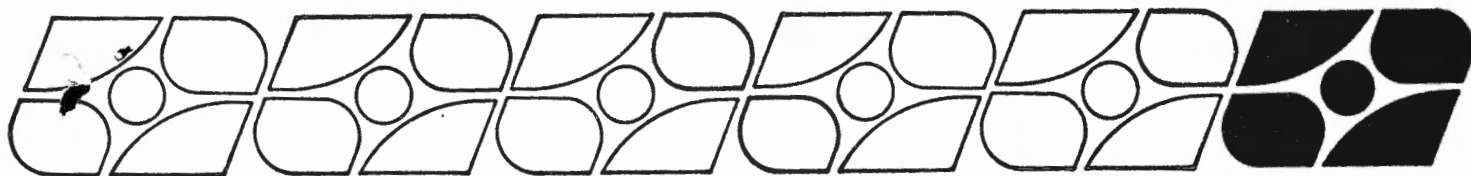
A aplicação desses critérios a municípios em torno das 9 metrópoles resultou numa delimitação preliminar que consta de trabalho publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, nº 4.

Essa delimitação preliminar feita em 1968/69 teve um sentido mais restrito de extensão atual ou de área "que é mais metropolitana" (em termos de município ou, pelo menos, de um distrito). Já na delimitação posterior adotou-se conotação mais prospectiva, incluindo-se alguns municípios que constituiriam o que denominou-se, no trabalho inicial, de área que "tende a ser metropolitana"

São Paulo. A área metropolitana de São Paulo, estabelecida pelo IBGE em 1968/69, incluindo 30 municípios mais o de São Paulo, difere da delimitação feita pelo Governo paulista, que abrange 36 municípios, mais o de São Paulo.

Os seis municípios não coincidentes constituem o que se poderia chamar a periferia do núcleo metropolitano paulista. A delimitação proposta pelo IBGE em 1973, na qual foi adotada conotação prospectiva, coincide com aquela feita pelo Governo de São Paulo.

A região metropolitana de São Paulo constitui-se dos municípios de São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba,



Cotia, Diadema, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

Salvador. Na delimitação preliminar, além do município central, foram incluídos na área metropolitana de Salvador os seguintes municípios: Candeias, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde e Simões Filho; na delimitação posterior, refletindo os processos de desenvolvimento ocorridos na área, Camaçari, Itaparica e Vera Cruz foram anexados aos primeiros.

Assim, a região metropolitana de Salvador constitui-se dos municípios de Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

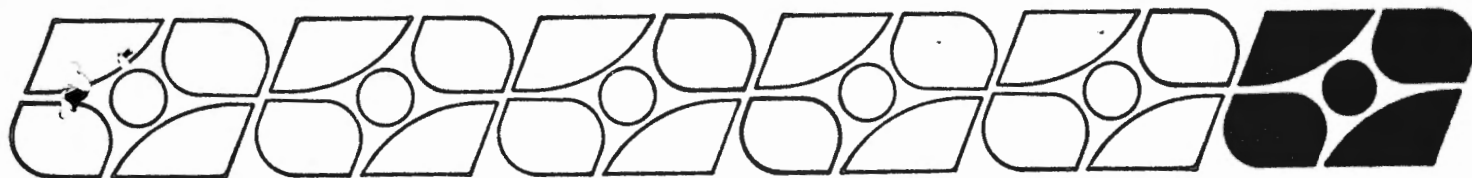
Fortaleza. Com relação à área metropolitana de Fortaleza, os estudos feitos incluíram apenas, além de Fortaleza, os municípios de Caucaia e Maranguape. Esta delimitação difere do estudo feito pela Hidroservice que inclui, também, na área, Aquiraz e Pacatuba.

Pela Lei aprovada, a região metropolitana de Fortaleza constitui-se dos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz.

Belém. O desenvolvimento de uma política de valorização da Amazônia, levou à inclusão de Belém como uma das áreas metropolitanas, uma vez que sua função tende a se tornar mais complexa. Compreende a região metropolitana de Belém os municípios de Belém e Ananindeua.

Recife. Na delimitação preliminar feita pelo IBGE foram incluídos, na área metropolitana de Recife, os municípios de Recife, Cabo, Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Estudos preliminares realizados por técnicos de Recife, anexaram ainda Moreno, Igarassu e Itamaracá. Considerando a evolução da área, a delimitação posteriormente proposta pelo IBGE inclui também Moreno e Igarassu, mas não considerou adequada a inclusão de Itamaracá mantendo-o fora da área. Constituem a região metropolitana de Recife, em sua totalidade, os municípios de Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

Belo Horizonte. Segundo a delimitação proposta pelo IBGE, a área metropolitana de Belo Horizonte compõe-se de 15 municípios. Tal delimitação pouco difere da divisão resultante de estudos feitos pelo Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) e pela Fundação João Pinheiro. A divergência restringe-se ao município de Igarapé que consta na divisão do IBGE, mas não naquela adotada em Minas Gerais.



A região metropolitana de Belo Horizonte constitui-se dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Curitiba. A delimitação da área de Curitiba sugerida no estudo inicial do IBGE incluiu 9 dos 14 municípios que constituem a microrregião de Curitiba. A mesma divisão foi mantida no estudo posteriormente realizado. Dos nove municípios indicados, apenas três, além de Curitiba, tinham em 1968 valor da produção industrial superior ao da agrícola (Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais) e nenhum deles, a não ser o município central, apresentava em 1960 densidade demográfica superior a 60 hab/km². Isto indica que o processo de urbanização praticamente limitava-se à capital.

A delimitação proposta pelo IBGE difere daquela adotada pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que coincide com a microrregião, compondo-se, portanto, de 14 municípios.

Desse modo, pela Lei nº 14, a região metropolitana de Curitiba constitui-se dos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Corbélia, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova.

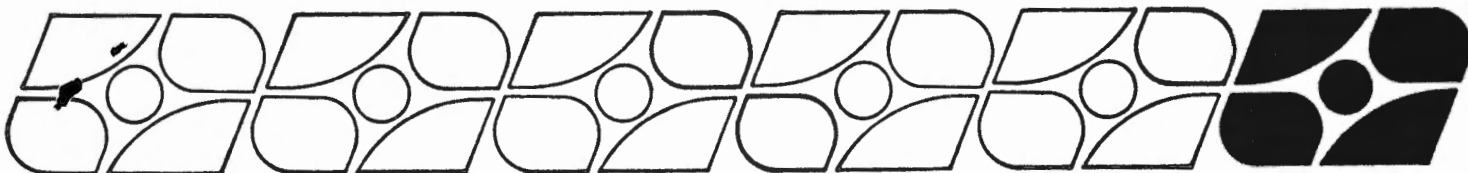
Porto Alegre. A delimitação preliminar feita pelo IBGE, que foi mantida no estudo posterior, incluiu 14 municípios na área metropolitana de Porto Alegre. Essa região apresenta características típicas de um processo metropolitano: conexão de Porto Alegre com núcleos industriais do vale dos Sinos e espraiamento de população que migra para Porto Alegre, gerando crescimentos demográficos superiores a 100% (desde 1950/60), em Canoas, Esteio e Viamão e, recentemente, em Cachoeirinha e Alvorada (núcleos dormitórios). Vários municípios da área com elevados índices de densidade demográfica e produção industrial importante, integram-se a Porto Alegre diretamente, ou através de Novo Hamburgo.

Compreendem a região metropolitana de Porto Alegre os municípios de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

Rio de Janeiro. A área metropolitana do Rio de Janeiro envolve dois Estados. A delimitação inicial, apresentada pelo IBGE, incluía o Estado da Guanabara e 14 municípios do Estado do Rio de Janeiro, dos quais foram excluídos, em estudo posterior, por se encontrarem muito fora da área de expansão do Rio de Janeiro, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin.

Alterações.

A aprovação da Lei que estipula 8 regiões metropolitanas para o Brasil, vem demonstrar o papel significativo de cada uma delas, para o conjunto da ordem política, econômica e social do País. A concentração de população cada vez maior, em determinadas áreas, tem implicações de curto e longo prazos que requerem ação integrada, em função dos objetivos nacionais específicos, dada sua influência em diversos aspectos do desenvolvimento brasileiro.



A região metropolitana de Curitiba foi ampliada, acrescentando-se Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova. A região de Fortaleza recebeu o acréscimo de Pacatuba e Aquiraz. Itamaracá passou a integrar a região de Recife. Da área de Belo Horizonte foi eliminado o Município de Igarapé. A região metropolitana do Rio de Janeiro será objeto de legislação posterior.

O Texto da Lei Complementar nº 14 poderá, brevemente, ser encontrado no *Boletim Geográfico*, 234, na seção legislativa.

GEODÉSICAS E TOPOGRÁFICAS

CONEXÃO GEODÉSICA ALTIMÉTRICA, BRASIL-ARGENTINA

Foi realizada, no período de 15 a 25 de março do corrente, nas proximidades da foz do rio Iguaçu, mais uma interligação das redes geodésicas dos dois países.

Os serviços foram executados por técnicos brasileiros da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e técnicos argentinos, do Instituto Geográfico Militar, daquele país.

A Comissão Brasileira foi chefiada pelo engenheiro Dorival Ferrari, do IBGE, e a argentina, pelo diretor do Instituto Geográfico Militar, coronel Luiz Maria Martinez Vivot.

DOCUMENTAÇÃO & INFORMAÇÃO

Este BI, no esforço de favorecer a atuação na área científica e tecnológica, quanto à aquisição, reforço de assimilação e troca de informações, atenuando dificuldades motivadas pela barreira lingüística, transcreve, em duas partes, texto da autoria de Lélia A.C. da Cunha, elaborado com vistas ao Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional. A autora pertence à Biblioteca Nacional e à Universidade Federal Fluminense.

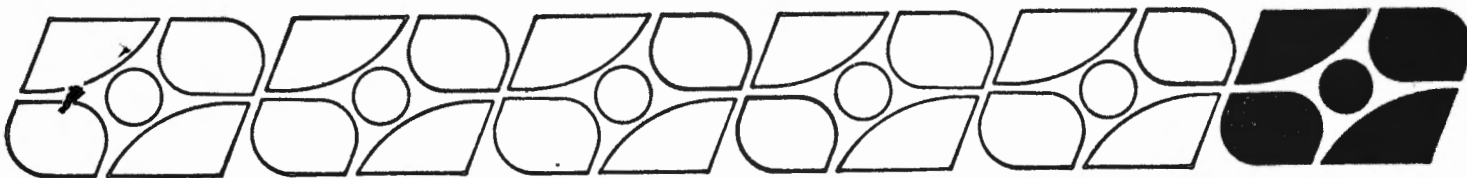
SERVIÇOS DE TRADUÇÃO

Lélia Galvão Caldas da Cunha

Superar as barreiras lingüísticas é, indiscutivelmente, o principal problema da Documentação, já que a diversidade de idiomas — que a Humanidade paga como tributo ao ambicioso e inacabado projeto da torre de Babel — dificulta o acesso à produção bibliográfica mundial e impede a absoluta comunicação entre os componentes da comunidade científica.

Enquanto as línguas da Ciência eram, quase exclusivamente o alemão, o inglês e o francês, cientistas de todas as nações entendiam-nas e entendiam-se, permutavam idéias e experiências, concordavam ou discordavam entre si e, sobretudo, concorriam para a mais fácil disseminação da informação especializada.

No entanto, face ao progresso contínuo dos campos do saber humano e ao permanente aumento da produção de documentos nesses campos, muitos outros idiomas passaram a ser também veículos correntes para a difusão do pensamento científico, o que veio acentuar os obstáculos oriundos das diferenças lingüísticas.



Nos países que têm menor representação na literatura científica — como os em desenvolvimento — o desconhecimento de determinados idiomas por parte dos cientistas transforma-se em problema ainda mais grave, que exige soluções quase heróicas. Em alguns países orientais, procura-se transpor as barreiras provocadas pelo idioma difícil, estimulando publicações em línguas ocidentais, mais conhecidas, como recurso para facilitar a comunicação com os cientistas estrangeiros e difundir as realizações nacionais.

Na sua missão de facilitar a informação, cabe aos centros de documentação promover a tradução da literatura necessária aos que os procuram. Alguns funcionam ativamente, realizando traduções a pedido de interessados, individualmente, ou programadas como atividade sistemática, e encarregando-se da divulgação dos textos traduzidos.

A tradução integral (*cover-to-cover*) de certos periódicos científicos estrangeiros é, sem dúvida, prática que precisa ser ampliada e cujos altos preços atuais devem ser reduzidos, o que ocorrerá em face do aumento das vendas.

Todas essas atividades de tradução envolvem problemas diversificados, principalmente no que diz respeito ao controle da qualidade da tradução, isto é, da sua fidelidade quanto ao tema abordado e da sua propriedade quanto aos termos e à redação em língua vernácula. O valor de uma tradução se baseia, portanto, na precisão e na clareza, o que requer, do tradutor, um conjunto de qualidades não encontradas com muita frequência.

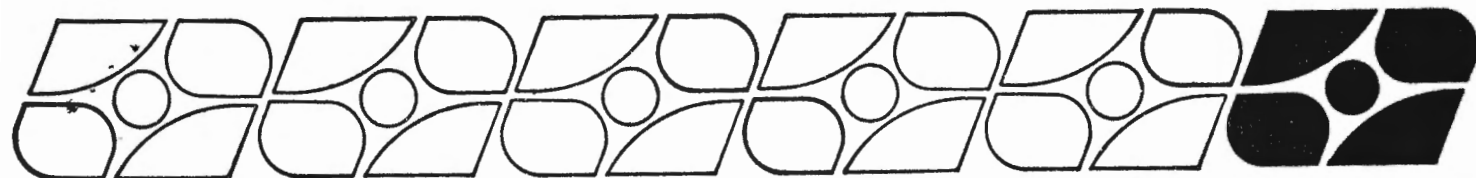
Já estão sendo desenvolvidos equipamentos automáticos para traduzir e que pretendem substituir, no futuro, as equipes de tradutores científicos, sempre onerosas. A tradução automática luta ainda com certos embaraços e com o ceticismo de muitos; mas, apesar disso, a mecanização dos trabalhos destinados a atenuar a barreira lingüística vem progredindo sempre e alguns dos resultados obtidos encontram condições de aplicabilidade.

Os milagres da moderna tecnologia acabarão, mais cedo ou mais tarde, por aparar as arestas dos sistemas em experimentação, no campo das máquinas de traduzir, oferecendo um porvir promissor. Uma agência central de traduções, equipada com máquinas desse tipo, produzindo o que se chama "traduções aproximadas", seria magnífica forma de auxílio mútuo.

Aos serviços de tradução compete também recolher informações sobre traduções já realizadas ou em processo de realização, em outras entidades congêneres, a fim de evitar duplicidade de trabalho, tempo e dinheiro.

Para propiciar tais informações, de maneira segura e completa, existem publicações que nada mais são do que bibliografias de traduções — gerais ou especializadas — emanadas de entidades diversas, de âmbito internacional ou nacional.

A UNESCO, que se tem mostrado sensível ao problema das traduções — como, aliás, a todos os demais aspectos da documentação e da informação científica — concluiu, após estudos e reuniões sobre o assunto, que, para eliminar a dificuldade representada pelo alto preço da tradução (para quem a paga) e do seu baixo pagamento (para quem a faz), é preciso que o custo da mesma fique distribuído entre o maior número possível de usuários. Daí ter recomendado exatamente que sejam divulgadas as traduções realizadas, para que se favoreça essa distribuição do custo e se evite o



desperdício de esforço intelectual, tempo e material. Assim, ela própria vem publicando, anualmente, o *Index Translationum*, lista classificada dos livros editados em cerca de 70 países e traduzidos em quase 100 línguas e dialetos. (Continua no próximo número).

BIBLIOTECA GEOGRÁFICA DO IBGE

— Novo endereço

Já se encontra em funcionamento a Biblioteca da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — acervo geográfico, instalada, atualmente, na sobreloja do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Intensamente procurado por estudantes de diferentes níveis, professores e especialistas em geral, este centro de documentação do IBGE possui o maior acervo bibliográfico do País, na área da Geografia e ciências afins.

Dentre os serviços prestados pela Biblioteca Geográfica do IBGE, figura a assistência aos consulentes estudantes, de nível médio e superior, realizada sob orientação especializada.

Novo endereço: — Avenida Augusto Severo, 8-sobreloja.

Horário de atendimento ao público: — 9,00 às 18,00 horas, de 2ª a 6ª feira.

Telefone: — 242-9053 e 222-7068.

EDITORIAIS

CURSO PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA, Nº 18

Como avaliar o grau de subdesenvolvimento dos países tropicais?

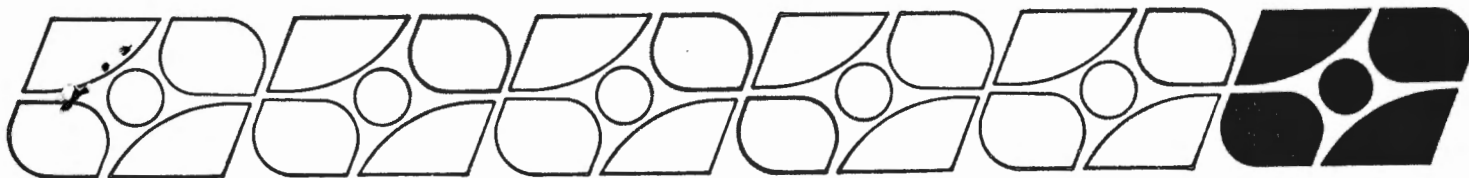
Estudos comparativos baseados apenas em fatores econômicos (renda *per capita*, industrialização, etc.) serão válidos?

Causas históricas, explicativas dos diferentes processos sociais, que se aliam para a compreensão dos problemas de uma nação subdesenvolvida também podem ser consideradas.

Ao Brasil, como parte integrante do Mundo Tropical, interessa o estudo das correlações existentes entre as nações desta faixa, em geral muito pouco conhecida e por isso mesmo, mal aquilatada em suas potencialidades humanas e econômicas.

Dada a ausência deste enfoque em língua portuguesa, o IBGE publica na série "Curso de Férias" o volume 18, sob o tema "A Organização do Espaço na Faixa Tropical".

Para orientação dos interessados, transcreve-se os assuntos ali examinados: "As Regiões Subdesenvolvidas e o Mundo Tropical"; "Características Gerais do Mundo Tropical: Comparações com o Mundo Temperado"; "O Sudeste Asiático"; "Oriente Médio"; "O Mundo Indiano"; "Bacia do Congo"; "África Oriental"; "Mediterrâneo Americano"; "Nordeste do Brasil".



SÉRIE SUBSÍDIOS AO PLANEJAMENTO DA ÁREA NORDESTINA

A Cidade de Parnaíba e A Região Programa do Agreste Potiguar são os mais recentes lançamentos da coleção "Subsídios ao Planejamento da Área Nordeste", respectivamente, volumes 4 e 12.

Já foram publicados: vol. 5 — *A Cidade de Floriano e sua Área de Influência*; vol. 6 — *Picos e sua Região*; vol. 7 — *Sobral e sua Área de Influência*; vol. 8 — *Crato-Juazeiro do Norte e sua Área de Influência*; vol. 9 — *A Região de Baturité*; vol. 11 — *Moçoró: Um Centro Regional do Oeste Potiguar*; vol. 13 — *Maceió e sua Área de Influência*; vol. 14 — *Região de Santana de Ipanema-Batalha*; vol. 15 — *Aracaju e sua Região*, e vol. 16 — *A Região de Itabaiana*.

Composta de 16 volumes, a série encontra-se quase toda publicada, faltando apenas os de nºs 1, 2, 3 e 10, sendo que o vol. 3, *A Cidade de Teresina e seu Espaço Regional*, será o próximo lançamento.

BOLETIM GEOGRÁFICO, Nº 229

Já em circulação, publica os seguintes artigos, além das seções bibliográfica, noticiosa e legislativa de interesse geográfico e cartográfico: "Explanação das Diferenças Salariais entre as Grandes Cidades Brasileiras", Martin Carnoy e Marilaine Lockheed Katz; "O Mercado como Fator na Localização da Indústria dos Estados Unidos", Chauncy D. Harris; "A Mudança de Status dos Portos Marítimos da Nova Zelândia, 1853/1960", Peter J. Rimmer; "A Serra do Mar no Estado do Paraná", Reinhard Maack; "À Margem da Ecologia Nordeste", Pimentel Gomes; "Aspectos da Economia Amazônica à Época da Depressão (1920-1940)", Beatriz Célia C. de Mello Petey; "Alimentação — Possibilidades através de Novos Meios não Convencionais e o Problema Mundial", Hans-Diedrich Cremer; "A Geografia-Trabalho de Pioneiros", J. Roglié.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO GEOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA

— Novo endereço

Desde 13 de julho do corrente, o Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO) — Direção Geral, Divisões de Edições, e Sistematização da Informação e o Centro de Cooperação Técnica — está atendendo em novas instalações na Av. Augusto Severo, 8 — 2º andar.

Novo endereço. Os pedidos de aquisição das publicações sobre Geografia e Cartografia editadas pelo IBGE devem ser endereçados ao Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica — DEDIGEO — Av. Augusto Severo, 8 - 2º — Lapa — 20.000 — Rio de Janeiro — Guanabara Brasil.
